Irapé: paisagem cultural e paisagem tecnológica

Belo Horizonte – junho/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Deputado Alberto Pinto Coelho
Presidente

Deputado Doutor Viana
1º-Vice-Presidente

Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente

Deputado Roberto Carvalho
3º-Vice-Presidente

Deputado Dinis Pinheiro
1º-Secretário

Deputado Tiago Ulisses
2º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário

SECRETARIA

Eduardo Vieira Moreira
Diretor-Geral

José Geraldo de Oliveira Prado
Secretário-Geral da Mesa

S237

Santos, Márcio Roberto Alves dos.
Irapé : paisagem cultural e paisagem tecnológica / Márcio Roberto Alves dos Santos. – Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2007.

12 p. – (Relatórios do NEPEL ; 2)

1. Usina hidroelétrica – Vale do Jequitinhonha (MG). I. Título. II. Série.

CDU - 621.311.21(815.1)

A publicação da série de *Relatórios do Nepel* tem por objetivo a divulgação, por meio impresso, dos resultados finais dos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola do Legislativo – Nepel.

Criado em 2002, o núcleo tem incentivado e abrigado pesquisas, executadas por servidores da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, voltadas para temas de interesse da sociedade e do poder público, agrupados em quatro grandes linhas:

• a democracia representativa e os instrumentos de participação popular;

• o Estado membro no contexto do federalismo brasileiro atual;

• o Poder Legislativo e sua relação com os demais poderes e funções do Estado, com a iniciativa privada e com as organizações não-governamentais;

• a prática político-parlamentar do Poder Legislativo estadual e de seus membros.

A contribuição para o trabalho legislativo e parlamentar dos membros do Poder Legislativo de Minas; a análise das práticas características da produção legislativa de um ponto de vista privilegiado, isto é, de quem vivencia e participa cotidianamente do processo; e o fortalecimento dos canais de interlocução do Poder Legislativo com o ambiente acadêmico de reflexão sobre a sociedade estão entre as metas mais importantes do núcleo e dos projetos de pesquisa nele desenvolvidos.

Espera-se, portanto, que a publicação destes relatórios de pesquisa seja um estímulo interno e externo à reflexão sobre o Poder Legislativo, a sociedade e o Estado, contribuindo, assim, para o aprimoramento dos mecanismos democráticos de representação popular no Parlamento.

Deputado Alberto Pinto Coelho
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Irapé: paisagem cultural e paisagem tecnológica

Márcio Roberto Alves dos Santos

Este texto constitui a consolidação dos resultados a que cheguei após as leituras realizadas durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa *Águas, energia elétrica e cultura: o caso Irapé: uma contribuição à ação político-parlamentar*, executado parcialmente no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O projeto foi proposto e aprovado em setembro de 2003. Durante o ano de 2004, efetuei leituras e estudos que me possibilitaram uma visão geral das conseqüências socioculturais da implantação da usina hidrelétrica de Irapé, construída no médio Jequitinhonha pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, para as comunidades urbanas e rurais removidas para o alagamento da represa.

O texto incorpora ainda informações e impressões colhidas durante visitas a povoados hoje submersos pelo reservatório da usina, realizadas em junho e julho de 2003, antes, portanto, do início da execução do projeto proposto ao Nepel. Essas visitas se deram no contexto do projeto sociocultural denominado *Expedição Jequitinhonha*, promovido pela organização não-governamental Instituto Terrazul, com apoio de entidades públicas e privadas. O projeto, do qual participei na condição de pesquisador nas áreas de história e cultura, teve como objetivo principal a pesquisa e a documentação dos bens culturais e naturais do vale do Jequitinhonha.

Durante a expedição, foram visitadas três das comunidades atingidas pelo reservatório de Irapé: Peixe Cru (município de Turmalina), Porto dos Coris (município de Leme do Prado) e Canabrava (município de Turmalina). Foram feitos registros escritos, fotográficos e em vídeo, bem como entrevistas com moradores.

Foi também visitado o canteiro de obras da futura usina hidrelétrica de Irapé, onde o empreendimento foi mostrado por engenheiros e técnicos da Cemig e do consórcio de construtoras.

Em que pese a densidade do material recolhido durante essa viagem de pesquisa e, posteriormente, por meio dos estudos bibliográficos, considero que o projeto não foi integralmente desenvolvido, na forma proposta em 2003. Com efeito, apesar do apoio da Diretoria de Comunicação Institucional e da Escola do Legislativo, não me foi possível, por razões pessoais, realizar uma segunda visita às comunidades afetadas por Irapé, depois da sua transferência para os novos locais de moradia. Essa segunda incursão na região me teria possibilitado uma percepção mais específica dos desdobramentos socioculturais da construção da usina. Sem ela, esse texto passa a ser, assim, o relatório final de uma pesquisa parcialmente executada.

Além do trabalho de pesquisa, o meu interesse pela questão foi despertado quando atuava como consultor da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão realizou, em 2001 e 2002, quatro audiências públicas sobre os efeitos advindos da construção da barragem de Irapé. Compareceram a essas reuniões, além dos deputados membros da Comissão e de deputados estaduais votados na região, prefeitos dos municípios ribeirinhos e representantes da Cemig, do Ministério Público Federal, da Fundação Cultural Palmares, da Fundação Estadual do Meio Ambiente, do Instituto Estadual de Florestas, do Instituto de Terras, da Associação dos Atingidos pela Barragem de Irapé, do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha – Campo Vale –, da Associação Remanescente de Quilombo Boa Sorte, da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha e do Projeto Gesta, da Universidade Federal de Minas Gerais, que presta assessoria a comunidades atingidas por projetos hidrelétricos.

Nessas audiências públicas, a posição dos deputados estaduais votados na região foi, com diferentes matizes, favorável ao empreendimento. Houve defesas enérgicas da construção de Irapé, como as dos deputados Eduardo Hermeto, Dimas Rodrigues, José Braga e Ermano Batista, para os quais a usina hidrelétrica provocará uma verdadeira revolução socioeconômica no vale do Jequitinhonha, tirando-o do atraso e situando-o num contexto de progresso e crescimento. Para o Deputado Carlos Pimenta, a construção da usina é "consenso" no vale do Jequitinhonha. O Deputado Luiz Tadeu Leite considerou a obra "urgente". A Deputada Elbe Brandão considerou Irapé a "estrela" do processo de discussão encetado pela Comissão de Direitos Humanos. O Deputado Gil Pereira apresentou, na audiência pública de 26/2/2002, manifestação escrita dos prefeitos dos municípios de José Gonçalves de Minas, Virgem da Lapa, Berilo, Josenópolis, Grão-Mogol, Cristália, Botumirim, Leme do Prado, Jenipapo de Minas e Turmalina, favorável à implantação da usina na região.

A Deputada Maria José Haueisen, também votada na região, assumiu um posicionamento mais crítico em relação ao empreendimento, manifestando preocupação com relação aos deslocamentos das populações ribeirinhas e aos valores de indenização pagos pela Cemig.

Outros deputados, sem votação específica no vale do Jequitinhonha, como Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão e João Leite, trouxeram preocupações relacionadas à preservação dos direitos dos atingidos pela barragem e aos impactos ambientais do empreendimento, defendendo a realização de discussões mais amplas da questão.

A mobilização da ALMG resultou na criação, pela Comissão de Direitos Humanos, do Fórum Permanente de Acompanhamento e Negociação, com a função de acompanhar o complexo processo de remoção das famílias dos seus núcleos originais de residência. No entanto, poucas conseqüências concretas teve essa mobilização parlamentar, tendo em vista a posição, majoritária entre os deputados estaduais que debateram a questão, de que a construção de Irapé trará grandes benefícios socioeconômicos para o vale do Jequitinhonha, sendo inevitável o deslocamento das populações residentes na área ocupada pelo reservatório da usina.

Em julho de 2002, o Ministério Público Federal firmou um acordo judicial com o Estado de Minas Gerais, a Cemig e a Fundação Estadual do Meio Ambiente, réus em ação civil pública proposta em dezembro de 2001, na qual se pedia a interrupção das obras de construção da usina. No acordo foram previstas novas regras de reassentamento das populações atingidas, estabelecidos critérios específicos para a comunidade quilombola de Porto dos Coris e foi revisto o progama de controle ambiental proposto pela Cemig.

No mesmo ano de 2002, a Cemig deu início, mediante a formação de um consórcio de construturas, às obras civis para a construção da barragem de Irapé. Em 2003 houve o desvio do rio e o início da construção efetiva da represa, que tem 208 metros de altura, cifra que a torna a barragem mais alta do Brasil. O início do enchimento do reservatório, que se daria em novembro de 2004, foi atrasado até dezembro de 2005, em virtude de impasses no processo de remoção e reassentamento das famílias de moradores que residiam na área inundável.

Compõem o Consórcio Construtor Irapé as empresas Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht, Ivaí Engenharia de Obras e Hchtief do Brasil. A empresa Voith Siemens é responsável pelo fornecimento e pela montagem de material eletromecânico. O investimento previsto é de R$ 580 milhões. O reservatório terá 137 quilômetros quadrados de área e possibilitará a geração de 360 MW de energia.

O alagamento resultante atinge áreas urbanas e rurais numa extensão de 115 quilômetros do rio Jequitinhonha e de 50 quilômetros do afluente Itacambiruçu. Essa área corresponde a um longo trecho do alto Jequitinhonha, que se inicia pouco abaixo de Caçaratiba e termina abaixo da foz do Itacambiruçu. Um total de 1.100 famílias, residentes em 47 comunidades ribeirinhas, em áreas dos municípios mineiros de Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim, foi transferido dos seus lugares originais de moradia, submersos pelas águas do reservatório, para áreas rurais da região.

O empreendimento é controverso. O governo do Estado de Minas Gerais, prefeitos dos municípios afetados e representantes políticos da região têm qualificado Irapé como "a redenção do vale do Jequitinhonha". Assim percebeu o empreendimento, em 2003, um dos tradicionais políticos mineiros, o ex-senador Murilo Badaró:

> Quero aconselhar os que me lêem a não deixarem de visitar as obras de construção de Irapé. Seus olhos jamais verão cenas iguais. Elas serão incorporadas para sempre em sua retina e fixadas em sua lembrança. Para quem como eu tanto pelejou em favor dessa realização, enfrentando incompreensões e doestos malevolamente atirados contra mim, ir ao canteiro de obras foi um bálsamo para meu coração de homem do Jequitinhonha. A todo tempo da visita acorria em meu espírito o famoso apólogo. Estava certo de que todos tinham perfeita consciência e orgulho de estar participando da construção de uma grande catedral.[1]

Muitos dos moradores atingidos pela barragem e dos seus representantes, no entanto, têm opinião frontalmente contrária ao empreendimento. É o caso de Dulciney de Fátima Santos, residente em Posses, no município de Leme do

[1] Badaró, Murilo. Sonho e realidade. *Estado de Minas*, 19 de agosto de 2003, p. 9.

Prado, membro da comissão dos atingidos pela barragem de Irapé. Em entrevista informal para o autor deste texto, Dulciney fez as seguintes considerações:

> Os exemplos que nós temos de construção de barragens no Brasil e no mundo não são dos mais justos. [...] Nós temos duas faces nessa história. De um lado estão os atingidos, todos eles ribeirinhos pobres. E do outro estão as empresas fortes. A história do sistema elétrico do Brasil sempre foi essa. Empresas fortes interessadas em produção de energia passam por cima de pessoas atingidas. Passam por cima de uma história que as pessoas têm, de uma cultura. E de todo aquele apego que a pessoa tem àquela terra, onde ela nasceu e viveu. A empresa chega e acha que o dinheiro compra. A empresa pensa que trazendo dinheiro a pessoa entrega facilmente a sua propriedade. Mas não é fácil, uma pessoa que sempre viveu ali, entregar aquilo ali. Outro problema que nós temos é o seguinte. A barragem vai inundar as melhores terras cultiváveis de sete municípios dessa região, que estão na beira do rio. As pessoas estarão saindo do melhor local para se viver por aqui.

O reservatório de Irapé ocupou uma região formada por comunidades tradicionais, dedicadas majoritariamente às atividades agropecuárias. São lavradores, roceiros, vaqueiros e cortadores de cana. Em segundo lugar, numa posição quantitativamente distante das atividades rurais, aparecem os pequenos comerciantes; os pequenos garimpeiros de diamante, ouro e cristal; os trabalhadores domésticos; e os que trabalham em estabelecimentos industriais ligados aos recursos naturais da região, tais como fábricas de farinha, de cachaça, de rapadura, de doces e de telhas. Pouco menos de dois terços das famílias afetadas pelo empreendimento residiam na área rural; o restante se distribuía pelos povoados da região, nenhum dos quais chegava a ter duas centenas de habitantes.

O acentuado ruralismo da paisagem foi, desde o período colonial, uma das marcas da ocupação humana dessa região. No século XVIII e em parte do seguinte, o território integrava o termo de Minas Novas, sediado na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí. O influxo urbanizador que gerou os núcleos mineradores do vale do Araçuaí não chegou a atingir a área onde estará o reservatório de Irapé. No seu mapa da capitania das Minas Gerais, de 1778, José Joaquim da Rocha não registra nenhum núcleo urbano nessa área específica. A ocupação luso-brasileira de maior expressão parece ter se restringido, no século XVIII, a dois registros, o da Conceição e o de Simão Vieira, ambos situados na margem direita do Jequitinhonha, o primeiro no caminho que, cruzando o rio, ligava Minas Novas a Itacambira, conectando as regiões mineradoras do vale do Araçuaí e do vale do Itacambiruçu.

Pouco se sabe sobre as populações indígenas que ocuparam a região antes da sua colonização. Entre os 61 sítios arqueológicos pré-históricos registrados na área diretamente afetada pelo reservatório, pelo menos sete são seguramente anteriores à chegada dos povoadores luso-brasileiros. Os demais, já do período colonial, incluem, entre outros, abrigos sob rocha, vestígios de fazendas, vestígios de atividade mineradora e um cemitério.

Localizada num espaço distante dos centros econômicos coloniais, num território fronteiriço cuja jurisdição político-administrativa oscilou entre as capitanias

das Minas Gerais e da Bahia, representou também essa região zona de fuga para quilombolas e índios pressionados pelo avanço da fronteira colonizadora. A comunidade de Porto dos Coris, hoje um lugarejo de 86 habitantes, formou-se a partir do estabelecimento de escravos fugidos no local, liderados pela família do escravo Germano. Foi ele o responsável pela aquisição das terras locais, tendo para isso poupado recursos recebidos nos dias de trabalho livre, que conseguia mesclar com os dias de trabalho compulsório. Inicialmente, era o lugarejo conhecido como Boa Sorte. Em razão dessa origem, em 1998 a comunidade de Porto dos Coris foi titulada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo.

Com a decadência da mineração de diamantes, a região transitou para o perfil econômico agropecuário que apresenta atualmente. Seja na atividade garimpeira, seja no plantio e na criação, a ocupação humana tem aproveitado a fisionomia natural do alto Jequitinhonha e com ela interagido. Topograficamente, a região pode ser caracterizada como uma combinação de serras, chapadas e vales de rios. As chapadas se destacam no meio das serras como grandes extensões de terrenos planos e elevados, pouco férteis e com escassas fontes de água. Spix e Martius identificaram a maior dessas chapadas, que ocupa, segundo os naturalistas, "todo o espaço do território, entre dois rios diamantíferos, o Jequitinhonha, a oeste, e o Araçuaí, a leste".[2] Nas serranias e chapadas, que estão inseridas no domínio geológico da Serra do Espinhaço, há pouca atividade humana, reservando-se para esses espaços a extração mineral ou a pastagem comunitária.

Os vales dos rios e córregos formam as grotas, compostas de áreas úmidas e frescas próximas dos cursos hídricos. Nesses espaços, aponta Flávia Maria Galizoni, os agricultores assentam boa parte das suas unidades de produção – casas e quintais, roças e mangas (pastagens cercadas e plantadas).[3]

No Plano de Controle Ambiental elaborado sob a coordenação da Cemig, a fisionomia natural da área de influência de Irapé é assim descrita: "A área de influência da UHE Irapé localiza-se, principalmente, no domínio do cerrado *sensu lato* [*sic*], enquanto seu limite leste faz contato com área de transição para caatinga [...]. É dotada de cadeias montanhosas e afloramentos rochosos quartzíticos (que atingem até 1.400 m de altitude), além de chapadas de exuberante beleza cênica, as quais confrontam com o encaixado vale do rio Jequitinhonha. As íngremes drenagens e encostas das chapadas exibem reduzido uso e ocupação humana, possibilitando uma extensa e contínua cobertura vegetal nativa, diferenciada em: formações florestais [...], arbustivas [...] e campestres".[4] Quanto ao clima, a região do empreendimento localiza-se em área de transição entre os regimes quente semi-árido de influência continental e quente subúmido de influência marítima, ambos de regime tropical.

Galizoni observou a intensa relação de continuidade entre o meio e a ocupação humana, por meio da qual os lavradores do alto Jequitinhonha aprenderam a perceber "o espaço a partir de categorias resultantes de experiências de várias gerações, estabelecendo uma divisão espacial e, concomitantemente,

[2] Spix. *Viagem pelo Brasil : 1817-1820*, p. 53.
[3] Galizoni. *A terra construída...* Não paginado.
[4] Centrais elétricas de minas gerais. *Usina Hidrelétrica de Irapé: Plano de Controle Ambiental.*

distinguindo os usos possíveis".[5] O uso da terra forjou regionalmente uma tipologia, por meio da qual são classificados os terrenos da região. As terras classificadas como *de culturas* são as mais propícias ao plantio, por estarem próximas dos cursos hídricos; nas *caatingas*, localizadas nas cabeceiras dos córregos, são plantadas espécies rústicas, como a mandioca, o abacaxi e, algumas vezes, o café; nos *campos* ou *carrascos*, impróprios para a lavoura, predominam capins, arbustos e árvores nativas. Vê-se que a classificação tradicional conota cada tipo de terreno com o valor que tem a partir da prática agrícola; assim, as formações florestais são as terras *de culturas*, as áreas arbustivas formam as *caatingas* e as formações campestres, pela impropriedade para a lavoura, são os *campos* ou *carrascos*.

Esse padrão cultural de interação com o meio, que inclui, ao longo dos séculos de ocupação humana da região, mecanismos lentos de adaptação e de transformação da fisionomia natural, permite incluir as populações ribeirinhas do alto Jequitinhonha entre as sociedades tradicionais. Segundo Giddens, nessas sociedades o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.[6]

Um dos mecanismos culturais mais ricos na lida com o tempo e o espaço no alto Jequitinhonha é a religiosidade popular. No povoado de Canabrava, que se localizava na área inundada pelo reservatório, acompanhamos uma missa, celebrada num rústico galpão, e a procissão e a festa religiosa que se seguiram, realizadas na margem do rio Jequitinhonha. No povoado de Peixe Cru, encontrava-se uma edificação de significativo valor cultural, a Capela do Senhor Bom Jesus do Peixe Cru. Construída em posição dominante, isolada sobre uma elevação ao fundo do largo que constitui o lugarejo, a capela era um exemplar típico da arquitetura mineira tradicional de cunho popular.

O conjunto desses elementos – mecanismos de adaptação e transformação do meio, técnicas de plantio e de extração mineral, formas de vivência comunitária, formas de expressão religiosa, artística e simbólica – forma o patrimônio cultural das pequenas comunidades do alto Jequitinhonha. Os elementos materiais e imateriais de expressão dessa sociedade tradicional ganham, assim, a qualidade de bens culturais.

Essas formas culturais foram engendradas e modificadas na lida do homem com o meio. Num ritmo lento, novas técnicas econômicas e novas formas de expressão simbólica foram introduzidas, reunindo elementos trazidos pelos diversos grupos étnicos e sociais que formaram a população local – grupos indígenas jê; quilombolas; exploradores, entradistas e bandeirantes nordestinos, paulistas e reinóis; pequenos garimpeiros; agricultores.

Os traços tradicionais dessas sociedades permitem caracterizar o seu território como uma sucessão de paisagens, que retratam os distintos momentos da história da ocupação humana do espaço. Ao contrário dos territórios ocupados por sociedades modernas, em que os elementos de paisagens passadas são

[5] Galizoni. *op. cit.*
[6] Giddens. *Consecuencias de la modernidad.*

rapidamente suprimidos, atualizados ou ressignificados, o território das comunidades ribeirinhas do alto Jequitinhonha mantém vivos e atuantes muitos dos elementos que contribuíram para a formação histórica da região. O garimpo manual, em que se empregam as alavancas, as pás, as cavadeiras, as enxadas, os garfos, as peneiras e as bateias; o sistema tradicional de plantio e criação, que utiliza a coivara, o rodízio de terras, a pastagem comunitária; a localização das unidades produtivas nas margens dos cursos hídricos; as expressões materiais e imateriais da religiosidade são elementos da paisagem colonial e pós-colonial do território. Também o são os padrões construtivos das edificações, com paredes de pau-a-pique ou adobe, forros de palha, telhas de cerâmica, utensílios de barro. A essa paisagem se sobrepõem outras, em que aparecem elementos contemporâneos, tais como equipamentos, máquinas, artefatos mecânicos, veículos motorizados. Como pano de fundo, permanece a paisagem primordial de populações humanas que aprenderam a habitar os vales e as encostas úmidas, abaixo das serranias e chapadas. Num ritmo lento, essas sucessivas paisagens se sobrepõem e se intercambiam, configurando o território na forma com a qual se apresenta hoje.

O alagamento de parte dessa região impõe, de maneira súbita, o que se pode chamar de supressão da paisagem. O território habitado, tanto nos seus elementos mais antigos quanto nas suas formas contemporâneas, foi, de maneira irreversível e total, ocupado pelas águas do reservatório, ação que desfaz a dinâmica histórica das paisagens e instaura uma nova e ainda desconhecida configuração territorial da região. Samuel Branco e Aristides Rocha assim descrevem alguns dos impactos dos reservatórios sobre a paisagem:

> Os lagos artificiais dão uma imagem nova e diferente à paisagem. Mesmo quando o desmatamento é feito com cuidado, no local abrangido pela faixa de oscilação do nível do reservatório, sempre permanece o aspecto de natureza morta. Às vezes, as novas margens se tornam pantanosas, podendo se constituir em focos de vetores de doenças endêmicas. [...] Aliado à presença da represa e da nova paisagem criada, em certas regiões, é implantado o turismo [...]. Surgem clubes náuticos, que se estabelecem em suas margens, bem como casas de veraneio. Às vezes, criam-se animais aquáticos e semi-aquáticos, e pratica-se a pesca recreativa.[7]

Em alguns casos, pode-se completar, a diminuição do nível das águas do reservatório provoca um efeito inusitado: reaparecem vestígios dos elementos naturais e das estruturas humanas do passado. Essa paisagem emersa pode ser observada, por exemplo, na área ocupada pela antiga cidade de Remanso, onde hoje está o lago de Sobradinho, no médio São Francisco. Lá se destacam os restos das árvores que adornavam o que teria sido a rua principal do lugar e uma das paredes de sustentação do altar da igreja, elementos que, voltando à tona, ganham forte expressividade imagética e simbólica.

Uma característica a ser sublinhada é que a supressão da paisagem se dá de maneira abrupta, rompendo a dinâmica lenta da sucessão de paisagens. Populações são removidas, laços socioculturais são rompidos, bens culturais

[7] Branco; Rocha. Poluição, proteção e usos múltiplos de represas. In: Andrade. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem.*

materiais e imateriais são desfeitos. A superfície plácida de um lago artificial, que, no caso de Irapé, inundou tudo o que estava abaixo de 550 metros de altitude, passa a ocupar o espaço que antes era de rios, córregos, nascentes, chapadas, formações vegetais, lavouras, povoados, casas, igrejas. Em alguns meses, prazo de enchimento do reservatório, ocorre a supressão de uma paisagem que se vinha construindo ao longo de séculos de ocupação humana. Os efeitos dessa supressão, pode-se dizer, iniciam-se antes mesmo do enchimento, já que a remoção dos lavradores interrompe os cultivos meses antes do reassentamento das famílias.

Por exigência legal, um minucioso plano de salvamento do patrimônio cultural foi elaborado e desenvolvido pela Cemig para a construção de Irapé. Sítios arqueológicos foram identificados e documentados; a capela de Peixe Cru foi reconstruída no local a ser ocupado pela comunidade; um centro de memória abrigará, ao lado da represa, bens e registros culturais das populações atingidas. Essas iniciativas, no entanto, não recriarão os elementos basilares da paisagem sociocultural da região inundada, construídos a partir de uma íntima relação do homem com o meio no alto Jequitinhonha. A construção da barragem de Irapé representa, do ponto de vista dos antigos moradores da área inundada, a criação de uma paisagem tecnológica, sob a qual submergiram os liames culturais que produziram, na região, um determinado modo de vida e de expressão simbólica das populações que sucessivamente a habitaram.

Referências

Badaró, Murilo. Sonho e realidade. *Estado de Minas*, 19 de agosto de 2003, p. 9.

Branco, Samuel M.; Rocha, Aristides A. Poluição, proteção e usos múltiplos de represas. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, 1983. In: Andrade, Soraia Maria de. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem*. 2002. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Centrais elétricas de minas gerais – Cemig. *Usina Hidrelétrica de Irapé: Plano de Controle Ambiental*. [S.l]: Cemig, novembro de 2001. 5 tomos, 18 volumes. Plano.

Galizoni, Flávia Maria. *A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. 2000. Não paginado. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Giddens, Anthony. *Consecuencias de la modernidad*. Madrid: Alianza, 1990.

Spix, Johann Baptist von [e Martius]. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v. 2.